

CAPÍTULO 9

AS CRUZADAS PARA O ORIENTE: MOTIVAÇÕES E DESDOBRAMENTOS

Data de submissão: 07/12/2024

Data de aceite: 02/01/2025

Gessica de Brito Bueno

<http://lattes.cnpq.br/6348036602304108>

Eduardo Mangolim Brandani da Silva

<http://lattes.cnpq.br/0826321713568749>

manifestações de religiosidade medieval. Elas emergiram como expressões de tensões sociais resultantes de profundas transformações estruturais.

PALAVRAS-CHAVE: Cruzadas; Oriente; Colonialismo; Religião; Cultura.

RESUMO: Este estudo visa analisar o conceito de Cruzadas entre os séculos XI e XIII a partir da obra “As Cruzadas: uma história” (2019) do historiador britânico Jonathan Riley-Smith. O objetivo é identificar as motivações subjacentes a esse movimento e delinear a configuração das expedições rumo ao Oriente até a Quarta Cruzada. Neste contexto, reconhecemos que a religiosidade atuou como um fator propulsor significativo das Cruzadas. No entanto, consideramos o colonialismo europeu, entendido como um processo de conquista territorial, como uma explicação mais acurada acerca da realidade desse fenômeno, especialmente no que tange à reapropriação de terras que lhes eram sagradas. Nosso trabalho se caracteriza como uma investigação bibliográfica, empregando uma abordagem metodológica qualitativa e explicativa. Em nossas conclusões, entendemos que as Cruzadas não devem ser simplificadas a

THE CRUSADES TO THE EAST: MOTIVATIONS AND DEVELOPMENTS

ABSTRACT: This study aims to analyze the concept of the Crusades between the 11th and 13th centuries based on the work “The Crusades: A History” (2019) by British historian Jonathan Riley-Smith. The aim is to identify the motivations behind this movement and outline the configuration of the expeditions to the East up until the Fourth Crusade. In this context, we recognize that religiosity acted as a significant driving factor behind the Crusades. However, we consider European colonialism, understood as a process of territorial conquest, as a more accurate explanation of the reality of this phenomenon, especially with regard to the re-appropriation of lands that were sacred to them. Our work is characterized as a bibliographical investigation, using a qualitative and explanatory methodological

approach. In our conclusions, we understand that the Crusades should not be simplified to manifestations of medieval religiosity. They emerged as expressions of social tensions resulting from profound structural transformations.

KEYWORDS: Crusades; Orient; Colonialism; Religion; Culture.

1 | INTRODUÇÃO

Neste trabalho iremos explorar o fenômeno histórico das Cruzadas. Situaremos os eventos militares que ocorreram entre os séculos XI e XIII, que foram marcados pela tentativa dos cristãos europeus de retomar Jerusalém e outras terras sagradas do controle muçulmano. O historiador britânico Jonathan Riley-Smith aborda as motivações que levaram os europeus a participarem das Cruzadas, incluindo a fervorosa religiosidade da época, o desejo de aventura e os fatores econômicos. Ele analisa as Cruzadas não apenas como operações militares, mas também como um fenômeno social e cultural que teve um profundo impacto na Europa e no mundo muçulmano (Riley-Smith, 2019, pp. 30-31).

Seguindo essa linha, nosso trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica, cuja metodologia é a qualitativa. Nesse sentido, buscamos evidenciar que a obra também discute as consequências das Cruzadas, tanto para os cristãos quanto para os muçulmanos, incluindo a formação de novas ordens religiosas, as trocas culturais e econômicas resultantes e os efeitos duradouros no relacionamento entre as religiões. Riley-Smith oferece uma visão crítica e equilibrada sobre o tema, considerando as perspectivas de diferentes grupos envolvidos e desmistificando alguns estereótipos comuns referentes a essa época (Riley-Smith, 2019, p. 295).

Ao longo do livro, Riley-Smith propõe uma reflexão sobre como as Cruzadas moldaram a cultura ocidental e a percepção do Oriente, enfatizando a complexidade e a ambivalência deste período histórico. A obra é um convite a entender um dos capítulos mais significativos da história medieval de forma abrangente e informada (Riley-Smith, 2019, p. 321).

2 | CONFIGURAÇÃO DAS EXPEDIÇÕES, A CRUZ E O JURAMENTO.

O que foram as Cruzadas? Elas foram uma das lutas de larga escala tanto em seu aspecto geográfico quanto no número de homens e mulheres que participaram dela. A partir desse fenômeno, criaram-se com sua passagem destinos de novos assentamentos pelas costas orientais do Mediterrâneo, Espanha e Costa do Báltico. Criou-se forças na política que durariam mais de seiscentos anos, promovendo elementos do cristianismo até hoje considerados intrínsecos e concebidos para apoiar uma causa que foi descrita como a mais nobre e mais vil. Os precedentes afirmaram que, na época, tinham “um propósito humanitário”. Logo, não se pode aderir a uma definição simplificada e grosseira desse fenômeno (Riley-Smith, 2019).

O historiador brasileiro, especialista em Idade média, Hilário Franco Jr., em sua obra “As Cruzadas”, também define Cruzadas como “peregrinação”, “guerra santa”, “expedição da Cruz”, em que seus participantes se consideravam “soldados de Cristo” marcados pelo sinal da cruz e por isso bordarem uma cruz na sua roupa (Junior, 1999).

Demorou-se um século para que conseguissem alguma coerência e logo depois elas foram se adaptando as circunstâncias. Nem todas as Cruzadas foram cuidadosamente elaboradas, algumas poderiam ser elaboradas em grupos muito pequenos ou serem compostas por diferentes grupos de homens que partiram em épocas diferentes, ao longo de vários anos. Com isso, não havia um termo único para descrever uma cruzada ou seus participantes (Riley-Smith, 2019, p. 104)

Uma cruz poderia ser descrita como uma peregrinação, uma guerra santa, um passo ou passagem geral do gene, uma campanha cruzada ou negócio de Jesus Cristo. Muitas dessas expressões eram eufemismos (Riley-Smith, 2019). É imprescindível reconhecer a importância do Concílio de Clermont para a realização da Primeira Cruzada. No contexto do discurso proferido durante o Concílio de Clermont, em 1095, o Papa Urbano II utilizou sua autoridade para convocar os presentes, instando aqueles que se engajavam em guerras de natureza privada, seja contra fiéis ou mercenários, a tomarem a cruz e tornarem-se soldados de Cristo. Em contrapartida, ofereceu o perdão dos pecados àqueles que viessem a falecer, seja no trajeto ou em combate contra os pagãos (Pedrero-Sánchez, 2000, p. 83). O pontífice proclamou aos que acolheram o chamado que o sinal da cruz constituirá uma forma de penitência, levando, por conseguinte, à salvação de suas almas (Baschet, 2006, P. 94).

Desde o início as Cruzadas receberam o nome de *Crucesignati*, que significa marcado com a cruz, mas por séculos as Cruzadas também receberam a denominação de peregrinos, especialmente, mas não exclusivamente, se sua campanha fosse direcionada para o Oriente (Riley-Smith, 2019, p. 257).

As pessoas que viviam naquela época conheciam e identificavam por meio de cartas papais os sinais que informaram aos fiéis que se tratava de um cruzado. Há nos registros que, em primeiro lugar, os participantes ou alguns deles foram chamados a “aceitar a cruz”, o que queria dizer que deveria prestar juramento antes de incorporar-se a uma expedição militar com objetivos concretos. Desde este momento os cruzados deveriam usar uma cruz de pano em suas roupas permanentemente até que o juramento fosse cumprido (Riley-Smith, 2019, p. 258).

O aspecto mais relevante do juramento é que se tratava de uma cerimônia pública e formal em que homens e mulheres, ricos e pobres, padres e leigos, prometeram voluntariamente participar da campanha e foram reconhecidos como membros dessa iniciativa. Contudo, seria incorreto pensar que uma cruzada era composta apenas de cruzados, porque, especialmente nas últimas expedições, seu número costumava ser bastante pequeno (Riley-Smith, 2019, p. 94).

3 | O MOVIMENTO DOS CRUZADOS, SEUS PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES.

Sempre houve uma legião de seguidores que viajavam com o exército e era bastante frequente incorporar um grande número de soldados, cruzados profissionais ou inclusivos que viajavam para o Oriente com dinheiro (Riley-Smith, 2019, p. 258).

As Cruzadas eram financiadas pelos próprios cruzados e pela igreja. Os nobres emprenhavam seus bens, os senhores feudais recebiam ajuda dos vassalos, os soberanos criavam tributos novos, a igreja recebia donativos e, muitas vezes, os cruzados também faziam empréstimos aos mercadores, como na Quarta Cruzada (Riley-Smith, 2019).

Uma prática recorrente vinculada ao movimento das Cruzadas, que não implicava necessariamente a aceitação do símbolo da cruz, consistia no compromisso dos cavaleiros em servir, por um período previamente estipulado, na Terra Santa ou em uma das ordens militares associadas. Ademais, muitos dos cruzados não se engajaram pessoalmente em campanhas bélicas. Em vez disso, recorreram a mecanismos como a “substituição” ou a “redenção”, enviando um substituto em seu nome ou contribuindo com quantias substanciais de recursos financeiros para o financiamento de expedições (Riley-Smith, 2019, p. 271).

É difícil calcular o número de participantes. Os documentos dão cifras exageradas, mais simbólicas que reais. Além do mais, misturavam-se indivíduos mais combatentes como artesãos, mercadores, mulheres, crianças. Na geral, as maiores Cruzadas não ultrapassavam os 10.000 combatentes (Riley-Smith, 2019).

Os cruzados, como consequência de seus votos e de sua execução das ações prometidas, obtiveram certos privilégios e, com o tempo, novos privilégios foram adicionados. Eram-lhes garantidos a segurança de sua família e de seus bens enquanto estavam ausentes. A indulgência expressou que a característica das cruzes era sua natureza penitencial. Eles se comprometeriam a lutar como ato de penitência por meio do qual devolveriam a Deus o que deviam por terem pecado e somente o Papa e os representantes deveriam conceder as indulgências (Riley-Smith, 2019, p. 273).

As indulgências foram concedidas aos cruzados que estavam saindo com objetivo de recuperar Jerusalém ou defender a Terra Santa. O papa Calixto disse que a todos que participarem seriam concedidos a remissão dos pecados. Assim como os que perseveram em enfrentar os eslavos e que continuavam nas expedições. Assim, foram concedidos privilégios e imunidades (Riley-Smith, 2019, p. 273).

4 | O PAPEL DOS PAPAS E A PALESTINA

Os papas exerceram uma função fundamental no contexto das Cruzadas, sendo considerados líderes espirituais de toda a cristandade. Sua atuação conferia legitimidade religiosa aos empreendimentos bélicos, ao convocarem expedições e oferecerem indulgências àqueles que nelas participassem. Ademais, buscavam congregar diferentes

reinos cristãos e segmentos sociais em prol das causas cruzadísticas, ao mesmo tempo em que exerciam um controle significativo sobre a nobreza e os cavaleiros, frequentemente intervindo em questões de natureza política (Riley-Smith, 2019).

Um exemplo disso foi o Papa Inocêncio IV, que declarou guerra contra o imperador Frederico II. A curia papal, em muitas das expedições dirigidas a Espanha e ao mar Báltico, foram para combater hereges ou cismáticos ou mesmo os poderes seculares da Europa Ocidental e do mesmo modo para o Oriente (Riley-Smith, 2019, p. 407).

As Cruzadas se iniciavam na maioria das vezes pelo Papa, que como chefe espiritual da cruzada, pregava sua realização pessoalmente (como fez Urbano II na Primeira Cruzada) ou por meio de clérigos (como ocorreu na Segunda Cruzada com São Bernardo). A data era marcada pelo Papa e um representante seu. As operações militares eram quase sempre decididas pelo rei ou pelos senhores feudais mais importantes. Como aconteceu, na Quarta Cruzada o papado perdeu o controle real da situação (Riley-Smith, 2019).

É importante notar que embora a Palestina fosse cristã, as Cruzadas orientais ofereceram o mesmo tipo de julgamento, porque havia uma diferença entre cultura de poder entre o Ocidente e o Oriente. Assim, para os contemporâneos, uma Cruzada era uma expedição autorizada pelo Papa em nome de Cristo, cujos participantes mais proeminentes prestavam juramento e, por gozarem dos privilégios de ambos, usavam cruzes e proteção em casa e indulgência (Riley-Smith, 2019, p. 40).

Quando a campanha não tinha o Oriente como alvo, essa indigência assemelhava-se àquela das Cruzadas que se dirigiam à Terra Santa. Tal fato possibilita a identificação daquilo que foi considerado uma Cruzada, no entanto, restringe a análise a níveis mais profundos. Embora diversas expedições oriundas do Ocidente e do Oriente tenham sido catalogadas como peregrinações, elas também se configuravam como conflitos bélicos. Essas iniciativas valiam-se das concepções cristãs para legitimar o uso da força, de tal modo que a luta armada se torna passível de justificativa (Riley-Smith, 2019).

5 I A GUERRA JUSTA E A GUERRA SANTA

A partir desse contexto, estabelece-se a teoria da Guerra Justa, a qual reconhece a violência como um mal necessário. Mas ela estava sob circunstâncias extremas e regidas por normas rigorosas. Foi legitimada, desde que o divino a considere passível de perdão e a classifique como um mal menor, com o propósito de restaurar uma ordem ou um *status quo* desejável (Riley-Smith, 2019, p. 49).

Por volta do ano de 1400, santo Agostinho refletiu sobre a violência, tentou definir critérios sob as quais a guerra era justificada. Mais tarde teólogos e canonistas traduziram para três aspectos. Primeiro, a guerra deve ser uma causa justa, poderia ser uma agressão passada, presente ou uma ação prejudicial cometida por terceiros. Em segundo, uma guerra poderia se justificar pela autoridade do príncipe, se declarando uma autoridade legítima.

Isidoro de Sevilla resumiu esses dois critérios: uma Guerra Justa é feita por decreto. O terceiro critério foi a intenção correta. Eram motivações puras (Riley-Smith, 2019, p. 48).

Outra justificativa prevalecia para dispensar o quinto mandamento da Bíblia Sagrada (não matarás). Desejava-se definir que a violência não era um mal intrínseco, mas que era um mal neutro e que seu valor moral derivava das intenções de seus autores. Logo, essa perspectiva concebia que se tratava de uma violência “boa” e até uma perseguição “justa”. Outra perspectiva era de que Deus estava intimamente relacionado com as estruturas políticas e essas sucessões de eventos e que tudo foi resultado de sua vontade (Riley-Smith, 2019, p. 50)

A Cruzada era um tipo especial de Guerra Santa, porque implicava o componente penitencial. No início, era típico a peregrinação a Jerusalém, destino esse que é o lugar onde esses devotos viajavam para morrer. Muitos dos primeiros homens cruzados foram idosos. Logo, essa cruz, para homens e mulheres, não era serviço e sim penitência, uma merecida autopunição. Em 1099, após a queda de Jerusalém, os sobreviventes voltaram com as palmas das mãos que haviam colhido como prova de que haviam completado sua peregrinação. Desse modo, Smith pretende definir e não julgar as motivações das Cruzadas ou o valor que certas causas concretas tiveram (Riley-Smith, 2019).

6 I A RESTAURAÇÃO DE MENTES E ESPAÇOS.

Para os autores cristãos, a concepção de uma causa justa para a guerra contempla a convicção de que é legítimo defender a pátria, suas leis e seu modo de vida tradicional. Além disso, a recuperação de bens que foram apreendidos de maneira ilícita por terceiros também é considerada justa. Na Idade Média, as Cruzadas foram percebidas como um instrumento de vingança, sendo essa interpretação objeto de reflexão ao longo do século XIX. Essas campanhas militares eram justificadas como uma forma de reivindicar a violação da virtude, da lei de Deus ou dos preceitos da doutrina cristã. Uma carta datada de 1098, redigida pelos líderes das Cruzadas, abordava a necessidade de submeter os pagãos ao cristianismo. Os pagãos ameaçavam diretamente o cristianismo, logo eles precisavam ser derrotavam se não se convertessem (Riley-Smith, 2019, p. 50).

Papa Urbano começa a fazer apelos entre 1095-96 em busca de “estimular as mentes”. A resposta a seu apelo foi maior do que as criptas da mensagem que ele estava tentando transmitir. Em muitas de suas cartas ele pleiteou uma guerra de “libertação”, destinada a emancipar indivíduos e mentalidades que, sob a influência das tradições orientais, especialmente no contexto da Igreja de Jerusalém, encontram-se subjugadas sob o domínio muçulmano. O objetivo era, ademais, a libertação do Santo Sepulcro, o sepulcro de Cristo, situado em uma cidade consagrada pelo sacrifício redentor do Messias e que permanecia como um *locus* de manifestação das intervenções divinas na história humana (Riley-Smith, 2019, p. 40).

A verdadeira intenção de Urbano seria responder ao pedido de ajuda do imperador bizantino na esperança de unir as igrejas latina e grega. Portanto, a justificativa para empreender a Cruz era a reconquista do território cristão, usurpada pelos muçulmanos. O momento da invasão ou levante foi quando as duas personalidades de Cairo e Bagdá, autoridades islâmicas, tinham acabado de morrer. A guerra contra os árabes na península ibérica já ocorria há algum tempo e o Papa Urbano II estabeleceu uma analogia entre a reconquista da península e a Palestina (Riley-Smith, 2019).

Alguns argumentam que essa reconquista da península seria a chave para abrir rota para Jerusalém através do Norte da África. Travava-se, então, uma guerra de libertação internacional sob o comando dos diferentes monarcas, tais como Afonso VIII, de Castela, Jaime I de Aragão no século XI e Afonso XI de Castela (Riley-Smith, 2019).

No noroeste da Europa, enquanto se preparava a segunda cruzada, os cruzados alemães e saxões empreenderam campanha contra os eslavos localizado perto do Elba. São Bernardo concordou com a iniciativa. Hoje é difícil conceber que os humildes povos eslavos e bálticos representassem uma ameaça ao cristianismo. No entanto, os alemães justificaram como “expansão e defesa”. Em relação a perseguição aos cismáticos e hereges, criou-se um decreto para uma pequena expedição contra os cátaros no Languedoc comandado pelo legado papal Enrique de Marcy, se tornando um importante pregador na 3º cruzada (Riley-Smith, 2019).

Uma cruzada relacionada aos cismáticos seria a quarta, cujo objetivo era uma invasão transmediterrânea do Egito e culminaria na tomada da cidade cristã de Constantinopla. Os imperadores que os ocidentais haviam colocado no império bizantino foram mortos. Alegraram que os gregos, depois de obedecerem a Roma, haviam se separado da igreja e isso constituía rebelião ativa contra ela (Riley-Smith, 2019).

Para o Papa Inocêncio III, os hereges eram tão perversos quanto os muçulmanos. Essa mudança de apreciação de inimigos foi uma novidade, levando em consideração que os homens de cruzes levados ao Oriente deveriam mudar de atitude, se voltando contra membros da própria sociedade. Havia então o inimigo ignorante, o blasfêmico e o que conhecia os princípios e a verdade, mas era agressivo (Riley-Smith, 2019).

No que diz respeito às expedições dos cruzados contra os poderes seculares do Ocidente, despontou um embate entre os proponentes de uma reforma eclesiástica radical e seus oponentes. Esses conflitos eram legitimados de acordo com a tradição. Nesse contexto, o Papa Gregório asseverou que o cristianismo enfrentava um iminente risco, postulando a necessidade de uma intervenção militar contra Federico, em prol da defesa da fé católica e da autonomia da Igreja (Riley-Smith, 2019).

A respeito da justificativa para a instauração de uma Cruzada, cabe observar que um Papa poderia, em tese, proclamar tal iniciativa. No entanto, o êxito desse empreendimento – um aspecto frequentemente revelado pelas experiências de diversos pontífices – estava intrinsecamente vinculado não apenas à convocação de forças, mas, sobretudo, à adesão

dos fiéis. Assim, a cruzada deveria ser concebida como uma resposta a agravos, sejam eles históricos ou contemporâneos, além de um exercício legítimo do direito de recuperação de territórios que, por sua natureza, pertencem à tradição cristã ou a Cristo. Destarte, o movimento cruzadista se configurava como uma defesa contra ameaças à integridade da Igreja (Riley-Smith, 2019).

As alianças entre as distintas esferas de poder fronteiriço configuravam, portanto, uma rede defensiva. A cristandade estabeleceu um estado universal de república cristã, caracterizado por sua natureza transcendental, uma vez que coexistia simultaneamente no âmbito terrestre e celestial. Implementou-se uma estrutura política que visava capacitar tanto homens quanto mulheres a cultivar o amor por Deus e a coexistir harmoniosamente com seus compatriotas. Nesse contexto, a cruzada emergia como o exército dessa unidade, cujos principais agentes incluíam papas, bispos e monarcas. Os adversários eram percebidos como inimigos do Rei, configurando, assim, uma cruzada de natureza sagrada (Riley-Smith, 2019).

7 | MOTIVAÇÕES MATERIAIS, DEMOGRÁFICAS, COMERCIAIS, POLÍTICAS, SOCIAIS E PSICOLÓGICAS

Quanto as motivações materiais, as Cruzadas representaram uma espécie de saída de solução para problemas colocados no início da desestruturação feudal. As Cruzadas representavam uma válvula de escape para as tensões sociais, econômicas e políticas provocadas pela própria dinâmica do feudalismo (Riley-Smith, 2019).

Entre os elementos materiais que deram origem ao fenômeno das Cruzadas, destaca-se o contexto de expansão demográfica. A fragilidade populacional do Ocidente lentamente se transformava com o advento do feudalismo, o qual eliminou os entraves que obstruíam a tendência natural de crescimento populacional de todas as espécies. As epidemias, como a peste e a malária, estavam em declínio, e a demografia da Idade Média apresentava-se em processo de recuperação. Tal recuperação deve-se, em parte, à redução do contato com o Oriente, região de onde se originavam muitas das epidemias (Riley-Smith, 2019).

As guerras feudais não tinham como objetivo destruir o adversário e, sim, obter algum ganho pelo seu aprisionamento, quem deveria pagar o resgate seria o vassalo, uma das obrigações para com seu senhor feudal (Riley-Smith, 2019). O surto demográfico também se deveu a abundância de recursos naturais, a suavização do clima e inovações de técnicas agrícolas. Nas camadas sociais mais baixas predominam os alimentos de origem vegetal em detrimento da carne. Seus regimes alimentares perderam, entre 1050 e 1280, a variedade que os caracterizava na Alta Idade Média (Riley-Smith, 2019).

O pão e o vinho ascenderam a uma posição predominante entre os alimentos, relegando os demais a um status de meras iguarias complementares. Sua ausência,

especialmente nas áreas urbanas, tornava-se insuportável, uma vez que dois séculos de avanço progressivo na agricultura culminaram em um quase total esquecimento de produtos como a castanha, a bolota e outras fontes alimentares afins, com exceção das regiões montanhosas. Nas planícies, a coleta e a caça decaíram em sua função como recursos alimentares, transformando-se, para a grande maioria das famílias rurais, em atividades marginalizadas, reservadas, em tempos de normalidade, aos estratos sociais mais desfavorecidos (coleta) e à nobreza (caça). As refeições principais eram compostas pelo jantar e pela ceia, sendo o jantar considerado a refeição de maior substância do dia (Riley-Smith, 2019).

Para Franco Junior, o contexto comercial também é importante para entender a gênese das Cruzadas. Com as novas técnicas agrícolas houve maior produtividade, criando excedentes, possibilitando obter bens não produzidos ali, por meio da troca de especiarias, seda e perfumes (Junior, 1999).

A Itália consolidou-se como um ponto nevrálgico de intermediação entre o Ocidente e o Oriente, com Veneza atuando proativamente na defesa e na expansão de seus interesses na região oriental. Desde o século IX, a cidade fornecia ferro, madeira e indivíduos escravizados em troca de especiarias e ouro, configurando um intrincado sistema de trocas comerciais. Por sua vez, Gênova, a principal rival de Veneza, conquistou no século XI a supremacia mercantil no Mediterrâneo Ocidental, motivada por ambições comerciais e uma proposta de combate ao infiel, o que a associou de maneira inequívoca às Cruzadas. Assim, torna-se evidente que os interesses comerciais italianos exerceram uma influência significativa nas Cruzadas no Oriente Médio, refletindo também as pretensões hanseáticas em relação à ocupação da Europa Oriental (Riley-Smith, 2019).

Conforme expõe Franco Junior, a marginalidade, semelhante à heresia, foi objeto de repressão durante as Cruzadas, sendo a pobreza um fator propulsor desses eventos históricos. Um cronista germânico que se debruçou sobre a Segunda Cruzada ilustra a relevância dos aventureiros, dos criminosos e dos destituídos no âmbito desse movimento. As motivações que impulsionavam tais indivíduos eram multifacetadas. Enquanto alguns se mostravam atraídos pela busca de novidades e experiências, outros eram impelidos por sua condição de penúria, especialmente aqueles que sofriam sob o peso de dívidas. Ademais, ressalta-se a significativa participação dos segundogênitos de famílias nobres como um dos elementos sociais mais proativos nesse contexto. O cenário político que favoreceu a eclosão das Cruzadas estava, em parte, interligado à presença de uma nobreza empobrecida e turbulenta (Junior, 1999; Riley-Smith, 2019).

Hilario Franco Junior aporta as motivações psicológicas para as Cruzadas, e ele leva em consideração três elementos fundamentais da mentalidade da época: a contratualidade, a belicosidade e a religiosidade (Junior, 1999). A contratualidade ultrapassou o nível das relações inter-humanas para atingir as próprias relações de Deus. Desse modo, passou a haver negócios e barganhas com o mundo sobrenatural. As relações homens-Deus

passaram a ser concebidas como relações vassalo-senhor feudal. A belicosidade foi outro componente da mentalidade que originou na prática social para depois ganhar lugar no consciente do coletivo. Se por um lado, o feudalismo tinha sido na origem, em parte, uma forma de resistir aos invasores, entre disputas externas (invasões estrangeiras) e disputas internas (guerras sucessórias), à igreja, por outro lado, promovera a Trégua de Deus, proibindo a guerra em certos períodos, mas aprovando no resto do tempo. Dessa forma, o dado material transferiu-se para o emocional. As igrejas do estilo romântico pareciam “fortalezas de Deus”, assemelhavam-se a castelos senhoriais com funções defensivas: contra invasores e contra as forças demoníacas. Os cavaleiros combatiam com armaduras e espadas e os clérigos com as batinas e armas espirituais (preces, exorcismos) (Junior, 1999; Riley-Smith, 2019).

A religiosidade era um grande traço mental da época das Cruzadas, traço formado a partir do contato com a realidade. Gerou-se uma religiosidade concreta presa ao palpável, pois o íntimo contato do homem com a natureza apresentava-lhes mistérios que só poderiam ser explicados pela atuação das forças sobrenaturais que se tentava controlar (Junior, 1999; Riley-Smith, 2019).

As forças do bem ajudariam o homem e a mulher a dominar a natureza, a fazê-la trabalhar para seu benefício. Em função, então, do aspecto contratual e bélico, a religiosidade feudal apresentava como ideal de vida cristã um estilo de vida heroico, de busca de proezas ascéticas, de luta contra o próprio corpo. A santidade era acessível pelo esforço. Por meio das peregrinações cumpriam seu duplo papel, ser forma de penitência e levar o indivíduo a contato com relíquias. As Cruzadas, portanto, devem ser entendidas nesse contexto psicológico, sendo elas próprias “peregrinações armadas” (Junior, 1999; Riley-Smith, 2019).

Haviam três elementos da mentalidade feudal: a) Deus é o Senhor do mundo e os homens como vassalos devem servi-lo, recuperando as regiões roubadas pelos enfieis, pagãos e heréticos; b) A Cruzada é um exército de penitentes, de pecadores buscando indulgência (desde o século XII, as mulheres dos cruzados recebiam indigência permanecendo fiéis); c) A honra cavalheiresca que se buscava numa cruzada não poderia ser obtida de outra forma nem ao longo de toda uma vida; d) O caráter sagrado dos locais disputados reforçava a obrigação dos homens para com o seu Senhor e tornava-os soldados de Cristo. e) A caridade fraterna do cristianismo seria praticada ao se ajudar os cristãos oprimidos pelos muçulmanos na Terra Santa ou na Península Ibérica (Junior, 1999; Riley-Smith, 2019).

Os conceitos de Paz de Deus e Guerra Santa, aparentemente, contraditórios, encontravam-se estreitamente associados — reunindo a trilogia mental, contratualidade, belicosidade, religiosidade — procurando impor uma concepção de mundo em proveito das elites, sobretudo clerical, criadora deste modelo ideológico (Riley-Smith, 2019).

8 | AS QUATRO CRUZADAS

Compreendemos que as Cruzadas no Oriente objetivavam reintegrar na Cristandade a Terra Santa, isto é, Jerusalém e regiões vizinhas e na própria Europa, onde Península Ibérica estava em mãos de muçulmanos e as regiões Orientais, além do rio Elba, eram território pagão. O movimento das Cruzadas no Oriente Médio se deu após o discurso do Papa Urbano II em Clermont. A nobreza se preparava e o movimento repercutiu nas camadas populares (Riley-Smith, 2019).

O monge Pedro, o eremita, reuniu bandos de franceses e alemães, separadamente, e foram para o Oriente. A caminho, tiveram dificuldades, passaram fome e chegaram muitas vezes a roubar. Os que chegaram a Constantinopla maravilharam-se com o esplendor e sua riqueza. Os bizantinos, observando o menosprezo entre cruzados e bizantinos, ofereceram transporte para irem até a Ásia. Foi nesse momento que os cruzados atacaram o território turco. No entanto, houve o fracasso dessa Cruzada popular. Em 1096 os sobreviventes retornaram a Constantinopla para aguardar a cruzada dos barões (Riley-Smith, 2019).

Nesse ínterim, organizava-se a verdadeira Primeira Cruzada (1096-1099), a qual contava com a participação da nobreza sob a supervisão do papado e era composta por diversos exércitos feudais autônomos. Entre eles, destacava-se um contingente oriundo do norte da França, sob a liderança de Hugo de Vermandois, enquanto outro grupo, proveniente do leste da França e da Alemanha, era comandado por Godofredo de Bulhão, que chegou à região um mês após o primeiro batalhão. Subsequentemente, se uniu à cruzada o exército francês do Sul, liderado por Raimundo de Saint-Gilles, Conde de Toulouse. Ao mesmo tempo, também desembarcaram os normandos do sul da Itália, sob a liderança de Boemundo (Riley-Smith, 2019).

O imperador bizantino Aleixo I impôs um juramento de lealdade ao líder dos cruzados, além de reivindicar que os primeiros territórios conquistados fossem devolvidos a eles, uma vez que tais regiões haviam pertencido aos bizantinos antes da ocupação muçulmana. A recusa do conde de Toulouse comprometeu a relação entre os cruzados e os bizantinos. A expedição iniciou-se pela cidade de Nicéia, a qual foi entregue pelos turcos a Aleixo I, que, em contrapartida, assegurou a proteção da vida dos seus habitantes. Subsequentemente, a Cruzada avançou em direção à Síria, um percurso permeado por desafios geográficos significativos. Os ocidentais, durante esta jornada, se mostraram surpreendidos com a capacidade militar dos seus adversários. Ademais, essa conquista não foi devolvida aos bizantinos, resultando na chegada dos cruzados à cidade comercial de Antioquia (Riley-Smith, 2019).

Após um período de sete meses, as forças cristãs lograram conquistar Antioquia em meados de 1098. Entretanto, a situação começou a se reverter com a chegada do exército turco. Apesar disso, os cruzados triunfaram em virtude do célebre episódio da Santa Lança. A etapa seguinte de sua campanha culminou na conquista de Jerusalém, onde adentraram

a Cidade Santa em julho de 1099, demonstrando uma notável ferocidade. Durante a operação, os cruzados perseguiram e massacraram a população muçulmana até o local do Templo de Salomão, onde a carnificina foi tão intensa que os respectivos combatentes caminhavam com sangue até os tornozelos. Em seguida, os cristãos se reuniram em oração, agradecendo a Deus pela vitória: Jerusalém estava, então, novamente sob seu domínio. Assim, os franceses ocidentais estabeleceram no território sírio-palestino uma série de estados que se estruturavam de maneira análoga ao que poderíamos designar como feudo-colonial (Riley-Smith, 2019).

De um lado, os governantes pertenciam à pequena nobreza feudal, enquanto, do outro, encontrava-se uma população constituída por diversas etnias que desempenhavam suas funções como mão de obra. Os estados franceses eram quatro, sendo o Reino de Jerusalém o mais prestigioso do ponto de vista religioso. No extremo Nordeste, situava-se o Condado de Edessa, o qual seria o primeiro a extinguir-se (Riley-Smith, 2019).

O Principado de Antioquia, situado no Extremo Oriente e sob a liderança do criador Boemundo, juntamente com o Condado de Trípoli—o último dos estados latinos a se estabelecer, localizado entre Antioquia e Jerusalém—representa uma configuração geopolítica na qual tais entidades estavam interligadas ao Ocidente predominantemente por meio de rotas marítimas, tornando-se, assim, dependentes dos interesses comerciais dos italianos. Adicionalmente, a hostilidade dos muçulmanos e dos bizantinos em relação aos Ocidentais se manifestava de diversas maneiras, com os muçulmanos referindo-se aos cristãos como “cães” e os bizantinos designando-os como “bárbaros.” Nesse contexto, a existência da Síria franca encontrava-se constantemente ameaçada. A queda de Edessa, causada pela conquista de um líder islâmico, catalisou o surgimento da ideia de uma Cruzada de apoio (Riley-Smith, 2019).

Essa segunda Cruzada (1147-1149), pregada por São Bernardo, reuniu o alemão do imperador Conrado III, o francês do rei Luís VII e um dos europeus do Norte (ingleses, flamengos e frísios). Este último grupo ajudou os cristãos a reconquistarem Lisboa, entre cruzando-se assim as Cruzadas Ocidentais e Orientais (Riley-Smith, 2019).

Conflitos entre os povos germânicos e francófonos dificultaram a implementação de uma ação conjunta. Quando Conrado e Luís alcançaram um consenso, decidiram direcionar suas hostilidades contra Damasco. No entanto, a Cruzada resultou em um fraco insucesso. Nesse interregno, emergiu um líder notoriamente habilidoso, Saladino, que eliminou diversos antagonistas muçulmanos e, em 1187, invadiu Jerusalém. Assim, Jerusalém manteve-se sob domínio cristão por um lapso de apenas 84 anos. A notícia da perda da Cidade Santa provocou uma comoção significativa no Ocidente, mobilizando esforços para a preparação de uma nova Cruzada, a Terceira, ocorrida entre 1189 e 1192 (Riley-Smith, 2019).

Três monarcas assumiram a cruzada: o rei francês Filipe Augusto, o rei inglês Ricardo Coração de Leão e o imperador alemão Frederico Barbarossa. Além dos cruzados,

a empreitada contou com a participação de guerreiros provenientes da Escandinávia e de marinheiros oriundos das cidades italianas. Contudo, a exemplo de outras cruzadas, esta enfrentava a mesma fragilidade estrutural, caracterizada pela ausência de um comando unificado e por um planejamento global deficiente (Riley-Smith, 2019).

O imperador alemão encontrou seu destino trágico no afogamento, circunstância que resultou na dispersão das forças germânicas. Filipe e Ricardo ainda se encontravam em um impasse, mas, finalmente, optaram por rumar a Marselha e, subsequentemente, a Gênova, seguido de uma estadia na Sicília que perdurou por mais seis meses, consequência de desavenças mútuas. Ricardo Coração de Leão obteve algumas vitórias sobre Saladino, mas, em diversas ocasiões, optou por estabelecer acordos com os muçulmanos. Nesse contexto, Saladino consentiu com a peregrinação dos ocidentais a Jerusalém e à região costeira sírio-palestina. Contudo, tais fatores estavam comprometendo progressivamente o espírito da Cruzada (Riley-Smith, 2019).

O melhor exemplo disso foi a Quarta Cruzada (1202-1204) que resultante dos velhos acordos ocidentais-bizantinos e dos interesses econômicos de Veneza acabou por se tornar a primeira Cruzada contra cristãos. A referida Cruzada teve seu início impulsionada pelo prestigiado Papa Inocêncio III, que mobilizou a nobreza feudal, excluindo, no entanto, os soberanos, resultando na reunião de nobres franceses. A cidade de Veneza comprometeu-se a fornecer os meios de transporte e logística necessários para os cruzados, em troca de uma quantia previamente estipulada e de metade das conquistas territoriais obtidas. Dessa forma, os cruzados lograram ocupar a cidade de Zara, situada na costa do Adriático (Riley-Smith, 2019).

A proposta da Quarta Cruzada já se apresentava de forma eivada de desvios, visto que visava, em última instância, à sustentação de ambições materiais da cidade de Veneza, em detrimento de outro monarca cristão, o rei da Hungria, que detinha a cidade de Zara. A Quarta Cruzada, portanto, iniciava-se com uma atitude de rebeldia em relação à autoridade papal e ao seu legado. Nesse contexto, o príncipe bizantino Aleixo solicitou a assistência dos cruzados para a deposição de um usurpador em Constantinopla, oferecendo, em contrapartida, uma compensação monetária que despertou o interesse do líder da cruzada, Bonifácio. Este episódio, por sua vez, culminaria em imbricações profundas, que remeteriam ao cisma de 1054. Além disso, os venezianos também usufruíam de vantagens propícias, derivadas dos privilégios comerciais assegurados pelo governo bizantino (Riley-Smith, 2019).

Em julho de 1203, Constantinopla foi alvo de um ataque marítimo perpetrado pelos venezianos e de um assalto terrestre conduzido pelos franceses. Nesse contexto, Isaac II foi reentronizado. Entretanto, os ocidentais, ao procederem com suas investidas contra a cidade, foram repelidos. Surge, portanto, o Império Latino de Constantinopla, com a ascensão ao trono de Balduíno, fato que favoreceu os interesses da República de Veneza (Riley-Smith, 2019). Na ausência de Veneza, a cruzada não teria seguido um curso

desviado nem teria instaurado seu império no Oriente. Posteriormente, 57 anos após esses eventos, um nobre grego, respaldado por Gênova, lograria restabelecer o império bizantino (1261) (Riley-Smith, 2019).

A Quarta Cruzada infligiu um golpe profundo ao ideal das cruzadas. Entretanto, esse espírito não se extinguiu, como se evidencia com a Cruzada das Crianças (1212), um movimento espontâneo de caráter popular. Esta iniciativa foi desencadeada por um jovem alemão que conseguiu congregar milhares de jovens, predominantemente camponeses, em uma época em que a expansão demográfica se aproximava de seu ápice. Contudo, essa cruzada limitou-se a Gênova, com seus participantes enfrentando destinos trágicos, incluindo mortes, sequestros e escravização ao longo do percurso. A crença predominante na época sustentava que a pureza das crianças conferiria uma chance de sucesso à empreitada (Riley-Smith, 2019).

9 | CONCLUSÃO

As Cruzadas nos apresentam os principais protagonistas desse período histórico, incluindo papas, bispos e monges, reis, cavalheiros e camponeses, banqueiros e comerciantes, além de bizantinos e muçulmanos. À semelhança dos indivíduos, observam-se também diversas atitudes e emoções, como reverência, fidelidade, dedicação, desprendimento, credulidade, cupidez, traição e incompreensão.

Segundo Hilário Franco, é imperativo reconhecer as Cruzadas como um fenômeno histórico de considerável magnitude. Elas não devem ser reduzidas a meras manifestações de religiosidade medieval ou a uma precursora do imperialismo ocidental. Nesse contexto, emergem expressões de tensões sociais resultantes de profundas transformações estruturais, atuando como válvulas de escape para tais tensões. Trata-se, portanto, de um episódio histórico de uma riqueza analítica (Filho, 1999).

REFERÊNCIAS

- BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal: do ano mil à colonização da América.** São Paulo: Globo, 2006.
- JUNIOR, Hilário Franco. **As cruzadas: guerra santa entre Ocidente e Oriente.** Editora Moderna, 1999.
- MAYBURY, Nigel Keith. **Surgery: unifamiliar history.** Austin Macauley Publishers, 2022.
- PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. **História da Idade Média: Textos e Testemunhas.** São Paulo: UNESP, 2000.
- RILEY-SMITH, Jonathan. **As Cruzadas: uma história.** Editora: Ecclesiae; 1ª edição, 29 julho, 2019.